

Cerimónia de abertura do Ano Académico de 1982/1983

Estamos-lhe agradecidos, Senhor Ministro [Prof. *Fraústio da Silva*], por se dignar participar nesta festa da família universitária. De facto é com a alegria dos nossos trajes académicos e da assistência interessada dos nossos alunos e funcionários que iniciamos solenemente o novo Ano Escolar. É uma tradição que vem de séculos e que cada ano se repete com renovada atitude de espírito. É uma tradição mas não é uma rotina, pois o seu significado provém da essência da vida universitária. Esta destina-se principalmente à investigação científica, à docência ao mais alto nível e ao serviço à comunidade. E por isso aparecemos sempre de novo, cada ano, perante a Comunidade, com os resultados rejuvenescidos da investigação a enriquecer o nosso ensino. E porque isso é a razão de ser da mesma actividade universitária fazemo-lo solenemente com a consciência de um dever a cumprir e de um serviço a prestar.

Neste momento porém temos especiais motivos a assinalar. É esta a primeira vez, Senhor Ministro, que visita esta Instituição, a Universidade mais longínqua do seu Ministério dentro do Continente. E esta visita é para nós tanto mais de apreciar e agradecer quanto sempre lhe concedeu a devida atenção apesar dos múltiplos e difíceis problemas do seu Ministério. Esta visita é, por isso, não só o primeiro contacto para nos conhecer mais de perto mas também o coroamento de uma série de medidas que desbloquearam alguns problemas que estão impedindo atormentadamente o nosso desenvolvimento indispensável, de modo especial quando se quer, como é o caso presente, construir a sério uma Universidade.

Construir uma Universidade! É esta a nobre missão da presente geração de professores, alunos e funcionários. A Universidade do Minho começou a existir apenas há nove anos. Portanto os

actuais docentes não receberam apenas a incumbência de transmitir o ensino superior e de realizar o mais seriamente possível, uma investigação rigorosa e científica. Tiveram de planificar e realizar, tendo em vista as necessidades nacionais e regionais e dentro de um condicionalismo, repleto de abrolhos, um novo centro de cultura e de ciência. As dificuldades, externas e internas, foram numerosas e por vezes desanimadoras, mas foram superadas por uma resolução forte, constante e esclarecida. E hoje podemos dizer que o plano primitivo dos Cursos da Universidade do Minho é já uma realidade, se exceptuarmos os Cursos previstos de Medicina. A Universidade do Minho, no entanto, não desiste e mantém vivo o primeiro propósito de juntamente com as licenciaturas de Ensino, de Engenharia, de Relações Internacionais, de Gestão de Empresas e de Administração Pública, poder um dia completar esse Plano com o estudo da Medicina que tanta falta está fazendo não só ao seu equilíbrio interior de uma Escola plenamente desenvolvida mas sobretudo à região minhota de um milhão e seiscentos mil habitantes sem contar o nordeste que ela também serve. Eu bem sei as objecções que se apontam lá pelo sul; mas também não ignoro os graves sofismas em que elas se baseiam.

Desde os primeiros dias, foi preocupação constante desta Universidade ser o mais rigorosa possível e exigente na escolha e recrutamento do seu pessoal docente. Neste aspecto tomou até medidas audazes e perspicazes de que agora está já colhendo alguns frutos sazonados. A quase totalidade das áreas disciplinares tem à frente docentes doutorados e quando isso não foi possível pediu-se a ajuda esclarecida de orientadores científicos de outras Universidades que nos prestaram uma ajuda relevante e que, neste momento solene, mais uma vez agradecemos.

Mas esta Universidade manteve sempre a preocupação de preparar um Corpo Docente de nível altamente especializado, o que em vários sectores de ensino e investigação já conseguiu, não podemos dizer o mesmo quanto à amplitude e qualidade das suas instalações. A Universidade funciona em dois núcleos, um em Braga e outro em Guimarães, espalhada por onze edifícios, todos eles de instalação provisória. Neles se ministra o ensino a dois mil alunos e se abrigam mais de 200 docentes e uns 250 funcionários. Se alguns desses edifícios são propriedade da Universidade, outros são emprestados ou alugados com pesada incidência no orçamento. Aulas dispersas, docentes mal instalados (alguns nem lugar tinham

Digitalizado por FCLB

nos apertados gabinetes de trabalho!) e os 26 laboratórios de ensino ou investigação estão alojados em edifícios prefabricados. Este atraso na solução dos problemas das instalações definitivas provoca situações por vezes dramáticas e exige um esforço suplementar de coordenação e de respostas urgentes e imprevistas para que o funcionamento das aulas e da investigação «não rebente pelas costuras» e não sejam estranguladas algumas iniciativas e actividades.

Neste aspecto de instalações, por razões alheias à Universidade, levamos uns quatro anos de atraso nos planos previstos. E digo alheias à Universidade porque se tivesse existido verdadeira autonomia como estava exarado nas leis das novas Universidades em período de instalação, já há muito tempo com o esforço, dedicação e ciência dos nossos próprios docentes e técnicos e com muito menos dispêndio para o erário público se teria iniciado a construção das instalações definitivas da Universidade. Porque não nos deixaram ser autónomos, porque nos impuseram soluções que nós rejeitámos, porque não aceitaram oportunamente as nossas propostas, só agora entrámos no limiar do processo das instalações definitivas.

Para que pudéssemos agora dar esse passo decisivo, muito contribuiu o estudo do «Plano das Instalações da Universidade do Minho a curto e a médio prazo» que o Senhor Vice-Reitor, Prof. *João de Deus Pinheiro*, oportunamente delineou e a quem por isso, neste momento, como Secretário de Estado da Educação, presto a minha homenagem agradecida.

Gizado e aprovado o Plano era urgente iniciar a sua execução há tanto tempo retardada. E é ao Senhor Ministro da Educação que a Universidade do Minho fica devendo a Portaria, publicada no *Diário da República* a 21 de Outubro passado, que nos autoriza a «assumir encargos com o pagamento dos Projectos da 1.^a fase das Instalações Definitivas da Universidade do Minho em Braga e Guimarães até ao montante global de 48.799.423\$00». Merece a pena serem lidos os considerandos da citada Portaria porque situam perfeitamente o problema. Dizem eles:

As potencialidades da região onde a Universidade do Minho se insere pressionam para um desenvolvimento desta instituição, impondo a existência a muito curto prazo de infra-estruturas físicas consonantes com aquelas potencialidades.

Nesta perspectiva, as instalações definitivas são, neste momento, condição sine qua non para o desenvolvimento da Universidade, pelo que a proposta agora feita traduz uma necessidade premente e

inadiável, reportando-se, aliás, às necessidades mínimas da instituição no momento presente.

Acresce que as pressões das forças vivas da região em que a Universidade se insere, nomeadamente a procura em termos de ensino, investigação e serviços, exigem uma resposta atempada por parte da instituição, sem a qual são previsíveis a curto prazo sérias roturas de funcionamento.

Verifica-se, por outro lado, que os estudos aprofundados sobre o desenvolvimento da Universidade do Minho a curto e médio prazo, para além de justificarem os pontos anteriores, demonstram que o investimento em causa se traduz por uma efectiva e significativa diminuição dos custos unitários e por um melhor aproveitamento do potencial científico e tecnológico de que aquela Universidade já dispõe.

Nestes termos, considerando que já em 1981 foi adjudicada pelo Ministério da Educação e das Universidades a execução dos projectos da 1.ª fase das instalações definitivas da Universidade do Minho às respectivas firmas projectistas, um para o núcleo de Braga e outro para o núcleo de Guimarães, e face ao que dispõe o artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 211/79, de 12 de Julho:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano e pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º É autorizada a Universidade do Minho a assumir encargos com o pagamento dos projectos da 1.ª fase das instalações definitivas da referida Universidade em Braga e Guimarães até ao montante global de 48.799.433\$00.

[...]

Ministérios das Finanças e do Plano e da Educação, 11 de Outubro de 1982. – Pelo Ministro de Estado e das Finanças e do Plano, Alípio Barrosa Pereira Dias, Secretário de Estado do Orçamento. – Pelo Ministro da Educação, João de Deus Pinheiro, Secretário de Estado da Educação e Administração Escolar.

Até aqui, os considerandos da Portaria. Ela, como podeis supor, assume para a Universidade do Minho um alto valor histórico porque ela representa efectivamente o começo de uma nova era, no processo de solução das suas instalações e portanto do seu desenvolvimento.

Ainda quanto a instalações, outro problema importante que nos preocupa a todos mas se refere especialmente ao corpo discente desta Universidade é o do alojamento dos alunos. Para dois mil alunos temos apenas 36 camas! Está já em construção adiantada a primeira residência para cem alunos, em Braga, e esperávamos poder anunciar para breve uma residência para 40 alunos em

Digitalizado por FCLB

Guimarães quando as recentes medidas de restrição orçamental nos impediram, para já, a realização desta última iniciativa. No entanto, ficamos a dever ao Senhor Ministro a recente actualização da antiga Portaria que nos permite concluir nos próximos meses a residência, em Braga, em fase já adiantada de construção.

E porque uma das nossas principais preocupações é também a solução progressiva dos problemas sociais dos alunos, estão-se a ultimar as medidas necessárias, já autorizadas, para a próxima ampliação dos refeitórios dos alunos em Braga e Guimarães. Entretanto, para minorar as dificuldades dos alunos, temos desenvolvido a concessão de bolsas, em tal proporção, que das Universidades novas esta é a que despende maior verba com as bolsas de apoio aos seus alunos.

Estou a ser mais longo do que desejava e, por isso, Senhor Ministro, apenas duas palavras para terminar.

A primeira, de renovado reconhecimento a Vossa Excelência, em especial pela Portaria que nos permite iniciar os Projectos da 1.ª Fase das Instalações Definitivas da Universidade do Minho. Foi, como disse, o desbloquear de um problema que comprimia e asfixiava o crescimento normal de uma Universidade que nasce. Esta asfixia, digamos assim, era um atentado contra a cultura que embora não seja visado no Código Penal, fere profundamente a Universidade e o povo do Minho no seu ser e no seu desenvolvimento. Esta Portaria trouxe-nos um começo e uma esperança. Com o nosso trabalho e a visão universitária de um Ministro, será uma certeza.

A segunda palavra, Senhor Ministro, é um apelo. A já longa e fecunda carreira universitária de V. Ex.^a e as provadas qualidades de homem superior de governo dão-nos confiança para lhe dirigir algumas perguntas que não são apenas minhas, mas da Universidade, de todas as Universidades.

Se na Universidade reside, por instituição, o escol científico e pedagógico da Nação porque é que as suas iniciativas e planos pedagógicos e científicos se arrastam por burocracias alheias à Universidade? Se a Universidade forma os técnicos da Nação, porque é que as Autarquias locais, por exemplo, possuem mais capacidade de iniciativa e realização do que as mesmas Universidades? Numa palavra: quando é que finalmente se depositará confiança nas Universidades para que possam ser plenamente responsáveis com todas as consequências que esta palavra implica?

Digitalizado por FCLB

Parece que ao fazer estas perguntas saí do âmbito dos problemas da Universidade do Minho. Mas não é assim. São problemas de fundo que nós sentimos ao vivo na nossa carne porque, como disse, esta geração presente não teve apenas as incumbências de continuar uma Universidade, o que já de si é tarefa difícil e delicada, mas recebeu a missão de criar uma nova Universidade o que certamente é tarefa ainda mais delicada. Por isso, Senhor Ministro, o nosso agradecimento em relação a V. Ex.^a é maior porque perante as nossas maiores dificuldades presentes teve a grandeza da compreensão e a inteligência da decisão.

[05-11-1982]